

Relação de alguns disponíveis na Biblioteca do CICA com a sinopse:



**Adolescência E Psicopatologia
(em Português) (2006)**
BRACONNIER, ALAIN / MARCELLI,
DANIEL
ARTMED
PSICOLOGIA

Sinopse: Este livro aborda a psicopatologia da adolescência, que tem características especiais, devido à eferescência da maturação biológica e das interações sociais, em uma idade em que as organizações patológicas encontram-se relativamente estáveis.



**Adolescente Em Conflito Com A Lei
(em Português) (2009)**
SARAIVA, JOAO BATISTA COSTA
LIVRARIA DO ADVOGADO
DIREITO

Sinopse: A obra se constitui em uma leitura imprescindível para os operadores do chamado sistema de justiça na área da infância e da juventude, notadamente daqueles envolvidos no fenômeno do adolescente a que se atribui a prática de ato infracional.



**Adoção Por Homossexuais - A Família
Homoparental
(em Português) (2009)**
FARIAS, MARIANA DE OLIVEIRA /
BORTOLOZZI, ANA CLAUDIA
JURUA EDITORA
DIREITO CIVIL

Sinopse: As relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo são questões polêmicas em diversos países, inclusive no Brasil. Ainda mais polêmico e controverso é o tema da adoção por homossexuais, não só porque envolve a paternidade/maternidade homossexual, mas também porque a própria adoção tem uma história de estigmatização. Este livro retrata o relato de psicólogos judiciais que trabalham em processos de adoção sobre seus critérios e procedimentos na avaliação psicológica e suas concepções sobre a homossexualidade e a adoção por homossexuais. Apresenta também dados de estudos nacionais e internacionais sobre o tema.



**Depoimento Sem Dano
(em Português) (2007)**
CEZAR, JOSE ANTONIO DALTOE
LIVRARIA DO ADVOGADO
DIREITO PROCESSUAL

Sinopse: Trata-se, pois, de instrumento teórico-prático e vivencial que fundamenta uma nova forma de depoimento de crianças e de adolescentes vítimas de abuso ou negligência, o qual precisa ser lido e estudado por qualquer pessoa que se preocupe com o sofrimento humano, com as crianças e com os adolescentes, com as pessoas vítimas de abuso em geral, e com a Justiça em especial.



**Pedagogia Da Convivência
(em Português) (2008)**
SANTANA, ELISABETE DE MORAES /
JARES, XESUS
PALAS ATHENA
PEDAGOGIA

Sinopse: 'Pedagogia da convivência' é um convite ao diálogo, à reflexão crítica e à participação global sobre um tema fundamental para nosso modelo educativo e social - afirmar a necessidade e a possibilidade de educar para a convivência a partir de critérios democráticos. Respeito, direitos humanos, ternura, diálogo, solidariedade e esperança são alguns dos marcos e conteúdos que viabilizam um convívio edificante e promissor, capaz de orientar as energias vitais e cognitivas tanto de educandos quanto de professores, indivíduos, grupos e comunidades. Na perspectiva do autor, as famílias têm de ser o primeiro laboratório de resolução não violenta de conflitos, para o qual é necessário qualificar a capacidade de escuta e percepção de uma situação por diferentes ângulos, considerando sempre o contexto, os protagonistas e os valores que estão envolvidos nela.



**Iniciação Ao Latim
(em Português) (2006)**
PRÍNCIPIOS
CARDOSO, ZELIA DE ALMEIDA
ATICA
ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS



**Serviço Social E A Psicologia No
Judiciário, O
(em Português) (2005)**
FAVERO, EUNICE TERESINHA
CORTEZ
DIREITO



**Família - Redes, Laços E Políticas
Publicas (em Português) (2008)**
VITALE, MARIA AMALIA FALLER /
ACOSTA, ANA ROJAS
CORTEZ
CIÊNCIAS SOCIAIS



**Lições De Direito Da Criança E Do
Adolescente
(em Português) (2008)**
RAMIDOFF, MARIO LUIZ
JURUA EDITORA
DIREITO

Sinopse: Estudo do latim, a partir de uma explicação histórica e da descrição da morfossintaxe latina.

Sinopse: Esse livro, que conta com valiosos textos de apresentação de Marilda V. Iamamoto e de Dayse César F. Bernardi, além de mostrar a realidade de trabalho do assistente social e do psicólogo no Poder Judiciário, traz o resgate histórico da inserção dessas profissões nesse campo em São Paulo. Fruto de pesquisa inédita e reveladora do perfil desses profissionais, e também das demandas que lhes chegam no cotidiano de trabalho, sobretudo nas Varas da Infância e Juventude, e de Família e Sucessões, essa obra coloca-se como de leitura obrigatória para todos aqueles que acreditam ser possível um exercício profissional baseado na luta pelo acesso a direitos, e fundado no compromisso com a implementação de um projeto profissional que aponte para a transformação real da sociedade em que vivem.

Sinopse: Pensar e repensar a família é uma exigência. A família tem sido percebida como base estratégica para condução de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a garantia de direitos. Nos últimos anos, observou-se uma proliferação de programas e projetos dirigidos ao atendimento das famílias. A família, no entanto, não pode ser vista apenas como estratégia dessas políticas. Neste sentido, tem-se questionado se essas iniciativas são eficientes e eficazes para o fortalecimento das competências familiares, se respondem às necessidades das próprias famílias atendidas e se contribuem para o processo de inclusão e proteção social desses grupos. Por estas razões, as problemáticas concernentes à esfera familiar, as redes de sociabilidade passam a ser centrais no trato das políticas sociais.

Sinopse: O Direito da Criança e do Adolescente estruturado a partir do paradigma internacional dos Direitos Humanos da Criança possui como marco teórico-pragmático a denominada Doutrina da Proteção Integral, então, consolidada sinteticamente nos arts. 227 e 228 da Constituição da República de 1988. Em decorrência disto, na data de 13 de julho de 1990, entrou em vigor, no ordenamento jurídico brasileiro, o conhecido Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90), operacionalizando-se, assim, através de institutos e categorias elementares próprias, aquela nova dimensão jurídica denominada 'Direito da Criança e do Adolescente'. Entretanto, apesar de o 'Direito da Criança e do Adolescente' romper definitivamente com binômio repressivo-punitivo que até então caracterizava o subsistema jurídico-legal estabelecido pelo 'Código de Menores' (Lei Federal 6.697, de 10 de outubro de 1979), seus marcos teóricos ainda carecem de mais amplo reconhecimento por parte considerável do senso comum jurídico, quanto à opinião pública, pois, somente, assim, os sentidos constituintes desta novel normatividade poderão ser determinantes na resolução das questões relativas aos interesses, direitos e garantias pertinentes à criança e ao adolescente.